

# Diário da Assembléia

N.ºs 2.492/2.493

CURITIBA, 7 E 8 DE JULHO DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN  
ARTHUR DE SOUZA  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
HAROLDO BIANCHI  
OLÍVIO BELICH  
LEOPOLDO JACOMEL  
ABRAHÃO MIGUEL  
AGNALDO PEREIRA LIMA  
ALENCAR FURTADO  
AMADEU PUPPI  
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR  
ARMANDO QUEIROZ  
ARNALDO BUSATO  
EMÍLIO CARAZZAI  
ERONDIY SILVERIO  
EURICO ROSAS  
FABIANO BRAGA CORTES  
FUAD NACLI  
IGO LOSSO  
IVO TOMAZONI  
JOÃO MANSUR  
JORGE SATO  
LUIZ CRUZ  
LUIZ MALUCCELLI  
NELSON BUFFARA  
OLAVO FERREIRA  
OLIVIR GABARDO  
OVIDIO FRANZONI  
PAULO CAMARGO  
PAULO POLI  
PINTO DIAS  
ROBERTO GALVANI  
ROBERTO WYPYCH  
SEME SCAFF  
SILVIO BARROS  
TULIO VARGAS  
WILSON FORTES

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.  
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 1.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Haroldo Bianchi, 3.º Secretário: Olívio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

#### COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)  
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas  
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:  
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros  
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira  
Reuniões: Quartas-feiras

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)  
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:  
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Alencar Furtado  
Secretário: Lélio Guimarães Soto-Maior  
Reuniões: Quintas-feiras

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)  
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:  
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni  
M.D.B.: Silvío Barros  
Secretário: José do Canto Filho  
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)  
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

#### Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE — Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

#### Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordero de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

#### Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

#### Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

#### Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

# 4.ª Sessão Legislativa de 6.ª Legislatura Ata da 90.ª Sessão Ordinária Realizada em 7 de julho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Alencar Furtado e Eurico Rosas.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel Haroldo Bianchi, Olívio Belch, Leopoldo Jacmel, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzal, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Pead Nachi, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Paulo Camargo, Paulo Poli, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes os seguintes senhores deputados Agnaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Côrtes, Jorge Sato, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Pinto Dias e Sílvio Barros (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Do senhor Emílio Gomes, 4.º Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o recebimento de requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Wypych dirigindo apelo à Representação Paranaense no Congresso Nacional, a fim de enviar todos os esforços para o pronunciamento favorável do Projeto de Lei n.º 4.754-62, que dispõe sobre a criação da 9.ª Região da Justiça do Trabalho, com sede em nossa Capital. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 448, do senhor deputado Orlando Zancaner, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor dr. Ascensão Garcia Lopes, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, comunicando que tomou posse no referido cargo em data de 12 de junho próximo passado. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 2.307-70, do senhor Joaquim dos Santos Filho, secretário do Governo, encaminhando cópia do Ofício da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, em atenção ao requerimento do senhor deputado Luiz Renato Malucelli. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 806-70, do senhor Nelson Luiz Silva Fanaya, secretário da Educação e Cultura, devolvendo devidamente informado o requerimento de autoria do senhor deputado Olivir Gabardo. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 726-70, do senhor Luiz D. Pereira de Castro, chefe do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA, informando que de acordo com o que determina o inciso V do Artigo 48 da Lei n.º 4.504 (Estatuto da Terra) de 30.11.64, foram creditados às Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, no período de 15.09.69 a 10.04.70, os valores da Relação anexa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 192-70, do senhor Alcayr Guimarães, presidente do Banco do Estado do Paraná, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Gabriel Manoel. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Oswaldo Roberto Collin, diretor Administrativo do Banco do Brasil S/A., no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Arnaldo Busato. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 634-70, do senhor Julio Werner Hackradt, secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no qual acusa recebido e agradece requerimento de autoria do senhor deputado Paulo Poli, consubstanciado em voto de aplausos pela eficiente ação da Ronda Erradicadora da Delinquência. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 23-70, do senhor José Ribeiro da Cunha, prefeito municipal de Caripópolis, comunicando que assumiu o cargo de Prefeito daquela cidade, por motivo do falecimento do senhor cel. Antônio dos Santos, Interventor Federal da mesma. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 121-70, do senhor Pascoal Soriani, presidente da Câmara Municipal de Sertãozinho, comunicando a aprovação por unanimidade de votos, do requerimento do senhor vereador Luiz Gastão Felizardo, no sentido de que seja oficiado a esta Casa, a fim de que a mesma interceda junto ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, para que sejam nomeados os professores do Ensino Médio amparados pelo Artigo 177 § 2.º da Constituição de 1.967. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1-70, do senhor Antivir Rossa, presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, comunicando a eleição e posse da nova Mesa daquela Comuna. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor professor Amazonas Parodi, diretor do Colégio Iguaçu, acusando e agradecendo os votos de congratulações formulados pelo deputado Igo Losso, por motivo do transcurso do 51.º aniversário daquela entidade. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Circular sob o n.º 152-70, do senhor Antônio José Portes, prefeito municipal de São Mateus do Sul, comunicando que assumiu o referido cargo por motivo do afastamento definitivo do dr. Thadeo Sobocinski. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 293-70, do senhor Daniel Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Londrina, solicitando à Presidência desta Casa se digne determinar estudos visando a revogação do parágrafo único do artigo 10 do Decreto 17.171, uma vez que o mesmo não ampara as professoras suplementaristas em estado de gestação. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Sob o n.º 1.778-70, do senhor Manoel C. Garcia Cid, presidente da Sociedade Rural do Norte do Paraná, no qual acusa e agradece aprovação de requerimento subscrito pelo senhor deputado Olavo Ferreira, apresentando congratulações pela posse da nova Diretoria daquela entidade. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Dom Pedro Fedalto, Vigário Capitular em Curitiba, no qual acusa recebido e agradece requerimento de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Circular sob o n.º 04-70, do senhor Ubaldo de Siqueira, chefe da Sucursal da Agência Nacional, comunicando que assumiu o cargo da referida Agência. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

## CONVITES:

Do senhor Governador do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, convidando a Presidência desta Casa para as solenidades de inauguração do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Kaloré. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do senhor Silvano Rocha Filho, pároco da Igreja Episcopal, convidando esta Presidência para a solenidade do ofício religioso de consagração daquele Templo. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Da Associação de Jornalistas e Escritores do Brasil, convidando a Presidência desta Casa para a Sessão Solene de instalação e posse da Primeira Diretoria daquela Entidade. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

## TELEGRAMAS:

Do senhor Luiz Fernando Cirne Lima, ministro da Agricultura, nos seguintes termos:

Acusando o recebimento cópia autêntica requerimento subscrito nobre Deputado Armando Queiroz de Moraes vg tenho prazer informar-lhe que submeti matéria consideração Superintendência Desenvolvimento Pesca pt SDS. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Luiz Fernando Cirne Lima, ministro da Agricultura, nos seguintes termos:

Apraz-me informar Vossência recebimento seu telegrama dezesseis próximo passado pt Informo-lhe enviarei para IBC texto telegrama para aquele órgão tomar providências assunto pt Grato pela atenção pt Sds — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Rodrigo Ajace Moreira Barbosa, secretário Geral do Ministério dos Transportes, nos seguintes termos:

Incumbiu-me senhor ministro Transportes informar Vossência assunto encaminhando exame DNER pt — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Hélio José Gonçalves, superintendente da PARANATUR, nos seguintes termos:

Temos a honra convidar Vossoria cerimônia entrega primeiros certificados registro empresas dedicadas atividades turísticas realizar-se terça-feira dia dezesseis vg dez horas Palácio Iguaçu vg Gabinete secretário de Governo no Ats Sds Hélio José Gonçalves superintendente PARANATUR órgão Governo do Estado do Paraná pt Ao conhecimento da Casa.

Do senhor deputado Agostinho Rodrigues, com os seguintes termos: Com meus cumprimentos vg tenho a honra informar ilustres membros dessa Casa vg alto intermédio vossência vg jah estou fazendo gestões junto IBC sentido cota mínima café vg município Tomazina vg nos termos requerimento nobre Deputado Gabriel Manoel pt Sds Cds Deputado Agostinho Rodrigues — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

## REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Abraão Miguel, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões o Projeto n.º 37-70.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais requer, ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos presentes trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Antônio da Silva Pereira, ocorrido hoje, nesta Capital.

O extinto, que gozava de grande conceito na sociedade paranaense, exerceu, por muitos anos, o alto cargo de Contador Geral do Estado, tendo sido também Presidente do Coritiba F.C. durante muito tempo.

O seu desaparecimento, por isso, repercutiu intensamente, inclusive nesta Casa onde gozava de gerais simpatias.

Requer, outrossim, que, uma vez aprovado, seja dado conhecimento do presente à ilustre família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Luiz Malucelli

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. José Antoniassi, tronco de tradicional família paranaense.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão do Plenário à família enlutada na pessoa sra. Angela Antoniassi, viúva do extinto, residente à rua Júlio Peres n.º 47, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Erondy Silvério

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, e no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Antônio da Silva Pereira, ex-presidente do Coritiba F.C.

Outrossim, solicitam, após da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Erondy Silvério, Roberto Galvani.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Humberto Machado da Silva, ocorrido no dia 4 do corrente em acidente automobilístico, na cidade de Paranaguá. Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada.

JUSTIFICATIVA: — O senhor Humberto Machado da Silva, proprietário da Construtora Ideal Ltda., sempre se distinguiu por seu espírito benevolente e caridoso, auxiliando os necessitados. Foi um dos primeiros investidores no turismo de Foz do Iguaçu, acreditando na realidade daquela região, como futura fonte de divisas para o Estado.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 1970.

(a) Roberto Galvani

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, respeitosamente, após ouvido o Plenário...

Requer o encaminhamento de veemente apelo ao doutor Jayme de Camargo Simões, diretor administrativo, atualmente respondendo pela Presidência da Copel, no sentido de extensão do benefício da energia elétrica à Colônia Mariental, distante cinco quilômetros, em linha reta, da sede do município da Lapa e cerca de oito quilômetros pela estrada. Havendo possibilidades de aproveitamento da linha de alta tensão, já existente, a distância sofre redução para dois quilômetros.

O apelo, representando antiga reivindicação, se atendido, proporcionará fornecimento de luz e energia para cento e quinze residências, dois restaurantes, posto de gasolina, lavagem e lubrificação, um hotel, cinco casas com lais, duas oficinas mecânicas e uma borracharia, proporcionando expansão mais acentuada para uma localidade dada a acentuado desenvolvimento industrial.

A nítida compreensão dos benefícios decorrentes, por sem dúvida, influir positivamente no espírito altamente realizador de quem, pela capacidade, tino, dedicação e dotes pessoais, soube conquistar a confiança para substituir o doutor Parigot de Souza, aureolado pelo reconhecimento generalizado de, à frente da Copel, se haver transformado em êmulos da população gigantesca do Paraná, no setor de energia elétrica. O apelo apresentado encontra justificada procedência no empenho da administração estadual em dotar o Estado de condições energéticas que lhe assegurem rápida industrialização, através do eficiente aproveitamento de um potencial elétrico superior às necessidades atuais, conseguido graças à clareza e ao trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado.

Aprovado o requerimento, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada ao doutor Jayme de Camargo Simões, acompanhada de cópia do presente apelo e de manifestação antecipada de agradecimento pelas atenções que, por sem dúvida, irá merecer, no sentido de seu imediato atendimento, para glória daqueles que anseiam pelo benefício e como testemunho de prestígio ao próprio Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Ovídio Belich."

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja determinada a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor governador Paulo Cruz Pimentel e ao digníssimo senhor engenheiro Eurides Mascarenhas Ribas, secretário dos Transportes, sugerindo o asfaltamento da rodovia Campo Mourão-Goiatuba-Erê-Cascavel, em razão de ordem econômico-social, para que integre o plano rodoviário estadual.

A referida rodovia, que interligará grandes centros produtores do Estado, hoje em posição privilegiada nas estatísticas econômicas, terá, ainda, um fator preponderante para a maior integração social de um volumoso contingente humano.

A implantação desse asfaltamento por parte do Governo do Estado será, por conseguinte, o condão de uma nova fase desenvolvimentista da região Oeste, que viveu até há pouco o "rush" de correntes migratórias provenientes de várias unidades de nossa Federação, escutando para os centros consumidores a sua vasta produção. Além destes aspectos e características, será dada apenas justiça e retribuição a quem muito vem contribuindo para o nosso progresso.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Alencar Furtado

## PROJETO DE LEI N.º 135/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari.

2.º — Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 7 de julho de 1970.

(a) Igo Losso

## JUSTIFICATIVA:

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari, está devidamente registrada pela sua mantenedora, a Fundação Educacional de Mandaguari, no Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca, no Livro A-1, fls. 44, inscrição n.º 47. Foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n.º 5-67, de 15 de março de 1.967, pelos relevantes serviços educacionais prestados à nossa juventude, que não só citadina, mas para toda a região, compreendida em cerca de quarenta municípios circunvizinhos, de onde provém grande parte dos futuros mestres, que hoje ali estudam.

Sua Diretoria, como se pode depreender da declaração anexa, firmada pelo seu diretor tesoureiro, prof. José Cândido de Souza e Superintendente dr. Aníbal Simão, nada percebeu pelo exercício da nobre missão coordenativa. Daí, então, pelos inegáveis préstimos que a entidade vem desenvolvendo em favor da cultura e do progresso educacional em nosso Estado, justo é, a nosso ver, que esta Casa aprove a presente proposição que entendemos a mais justa.

Esperamos haja a unânime aprovação deste nosso Projeto.

## PROJETO DE LEI N.º 136-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Nas transferências de concessões para exploração de linha intermunicipal de transporte coletivo, ter-se-á preferência, desde que em igualdade de condições com as demais concorrentes, as empresas concessionárias de transporte coletivo municipal, que explorem linha parcial ou integralmente compreendida na da concessão a ser transferida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior

## JUSTIFICATIVA:

Ocorre com frequência, a existência de linha de transporte coletivo intermunicipal coincidente, em todo ou em parte, com trecho de linha municipal de transporte coletivo.

Parceira-nos medida justa que se estabeleça um critério de preferência para as empresas municipais, quando, em igualdade de condições com outras concorrentes, pleitearem para si a transferência de concessão de linha intermunicipal coincidente, no todo ou em parte, com a linha que já ex-

ploram. Sem dúvida possuirão tais empresas, em razão da experiência e conhecimento do trecho que exploram, melhores condições de oferecer um bom serviço aos usuários do que outras empresas.

Esperamos, por isso, a aprovação do presente plano de lei.

## PROJETO DE LEI N.º 137-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica o município de Ceu Azul transferido da jurisdição da 44a. Inspeção Regional de Ensino, sediada em Foz do Iguaçu, para a jurisdição da 45a. Inspeção Regional de Ensino, sediada em Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1970.

(a) Roberto Galvani

## JUSTIFICAÇÃO:

Será feita em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Roberto Wypych, devidamente inscrito.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Presidente, srs. Deputados. Aqui estamos para tecer algumas considerações sobre um problema que entendemos bastante grave para a economia do Oeste do Paraná. Há poucos dias tivemos conhecimento, através de uma notícia inserida na "Folha de Londrina", do dia 14 de junho último e também por informações que tivemos na região Oeste do Paraná, de que aquela região formada por duas dezenas de municípios paranaenses, está sendo atacada por um surto de peste suína. Nós, como representantes daquela região, não podíamos ficar indiferentes diante de um problema que se avizinha.

Por esta razão é que aqui estamos para, em nome do povo do Oeste do Paraná, solicitar, através desta Casa, que as autoridades competentes estaduais e federais tomem as devidas providências no sentido de sustar o surto de peste suína que vem dizimando os rebanhos em todo o Oeste do Paraná.

"A peste suína — diz o periódico de Londrina — continua atacando e, por este motivo, os responsáveis pelos Sindicatos Rurais estão advertindo os suinocultores paranaenses, em particular aqueles dos municípios de Caponeza, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Medianeira, Toledo, Palotina, Cândido Rondon, Cascavel, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Ponta Grossa e também os arredores de Curitiba, sobre o surto atual de peste que está ocorrendo em todo o Oeste catariense, especialmente em Modéio, Maravilha, Quilombo e Chapeão".

A peste já atingiu centenas de suínos, causando sérios prejuízos e problemas de caráter sanitário. Esse surto não respeita fronteiras e fatalmente atingirá os rebanhos paranaenses, caso medidas de defesa não forem tomadas. Infelizmente apesar de todas as providências adotadas pelas autoridades responsáveis, ainda o surto persiste. Cabe, portanto, aos suinocultores a maior responsabilidade no caso, porque só o emprego da vacina cristal violeta poderá garantir a imunidade contra a peste suína. Recomenda-se vacinar todos os suínos que ainda não receberam essa vacina, assim, como os vacinados há mais de 6 meses.

Muitas vezes o maior culpado pela falta de assistência em surtos desse tipo, é o próprio suinocultor que deixa de prestar a colaboração necessária, que seria a comunicação do novo surto ao veterinário oficial, em princípio por não vacinarem seus suínos.

Para orientação dos suinocultores é que vamos discorrer um pouco sobre a peste suína: (1) — A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico)

Eis ai, sr. Presidente, srs. Deputados, um brado de alerta inserido na "Folha de Londrina" do Estado do Paraná. Fazemos, neste instante, um apelo ao sr. Secretário de Agricultura e um apelo aos responsáveis pelo Ministério de Agricultura do Paraná, para que se unam, com todos os recursos de que dispõe o Governo para combaterem, de uma vez por todas, a peste que se avizinha, não só para proteger os suinocultores paranaenses, mas principalmente para proporcionar aos suinocultores do Oeste do Paraná condições para que não se vejam, de uma hora para outra, infestados por um mal que poderá dizimar todos os rebanhos paranaenses.

Eis, em síntese, sr. Presidente, srs. Deputados, o apelo que faço em nome da população da minha região Oeste do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente, queria trazer ao conhecimento desta Casa um fato que reputamos muito grave à economia dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O DNEP, através do Distrito de São Paulo — diga-se de passagem vem tratando com descaso a rodovia que liga esta Capital ao Estado de São Paulo e, de resto, o sul do país, de vez que não tem acostamento em quase toda a sua trajetória e se encontra toda esburacada — vem mantendo mais de vinte policiais ostensivamente armados para fazer cumprir o Código Nacional de Trânsito, sendo que carro nenhum pode ultrapassar a velocidade de 80 quilômetros. Isto, no nosso entender, é um verdadeiro absurdo, de vez que carros fabricados aqui no Brasil, último tipo, são comparados aos próprios caminhões que transportam mercadorias.

Nesse fim de semana assistimos os policiais ostensivamente armados, cercando todos os veículos que demandavam de São Paulo a Curitiba e vice-versa, estabelecendo-se filas de mais de duzentos carros aguardando a boa vontade daqueles policiais na extração das infrações cometidas pelos motoristas.

Seria muito melhor que o Chefe do Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sediado em São Paulo, em vez de manter esse posicionamento interrompendo o trânsito que já é muito complicado daqui a São Paulo, o que traz prejuízos à economia de nosso Estado, dos Estados de Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, se preocupasse mais com as condições daquela estrada.

Este registro queríamos fazer a fim de que esta Casa se manifestasse, porque não é possível, sr. Presidente, srs. Deputados, que se estabeleça esta comparação em termos de velocidade, sendo um carro último tipo privado

de desenvolver uma certa velocidade, vendo-se, então, obrigado a acompanhar um caminhão daqui a São Paulo. Esses policiais, por ordem do Chefe daquele Distrito, estão tumultuando o trânsito da via São Paulo, e provocando reações violentas de todos os motoristas. Eu então queria, neste instante, sugerir a esta Casa que se manifestasse através de um ofício à autoridade, e se preciso for até ao Ministro dos Transportes do Brasil, a fim de que tomasse medidas para que pusesse um parêntese a este estado de coisas.

Mas, sr. Presidente e srs. Deputados, dando prosseguimento à denúncia que nos propusemos trazer a esta Casa com relação à compra de equipamento, feita pelo Departamento de Estradas de Rodagem, por nós entendida como falha e que não obedeceu os trâmites legais, nós hoje daremos prosseguimento, dizendo que as firmas fizeram proposta de financiamento parcial, amparadas pelos acordos de empréstimos da AIB e pelo Banco Central, totalizando estes empréstimos 70% para a aquisição de máquinas e equipamentos importados até 20 de abril de 1.967 e ainda existentes nos estoques das respectivas Importadoras, através de ofício de DER. O Diretor do DER, então tomando conhecimento daquelas propostas, houve por bem designar uma Comissão de engenheiros encarregada de emitir parecer sobre o financiamento para a aquisição de máquinas, conforme ofício de protocolo 2769, página 68.

O relatório da Comissão é o seguinte: (Lê)

**"RELATÓRIO**

**COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA N. 008/DER.**

Sr. Presidente  
Srs. Conselheiros

Através do presente, a Comissão designada pela Portaria n. 008, de 6-3-68, constituída pelos engenheiros Carlos João Zimmermann, Tadeo Jaworski e Theodoro Venetkides, apresenta suas considerações e parecer sobre o financiamento para a aquisição de máquinas, apresentado, pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) em vista de ofertas das firmas PARMAQ S.A. e IMAR, atendendo "Aviso" daquela entidade credenciada, publicado na imprensa de Curitiba.

Para apreciação detalhada da questão, ouvimos por bem distribuí-la em tópicos. Assim:

1.º — Quanto à oportunidade de realizar a aquisição, considerando a escassez de equipamento com que se defronta o Departamento, é sem dúvida, favorável para atender inúmeras obras em execução sob administração direta, bem como, proporcionar meios mecânicos aos novos Distritos Rodoviários criados por força da necessidade de prestar atendimento mais efetivo à rede de conservação.

2.º — Patenteada a carência de máquinas para o Departamento e, consequentemente, a oportunidade da oferta feita, deparamo-nos, paralelamente, com a dedução de meios financeiros que vem se impondo na política governamental, com reflexo de medidas fazendárias federais já estabelecidas tempos atrás e conhecidas por todos.

Então, pode ser encarado com otimismo o ensino, do financiamento em pauta, pois, se, por um lado proporciona recursos à obtenção de equipamento, sem ferir o Orçamento do Estado, por outro lado, far-se-á em taxas comerciais normalmente de praxe e, nas seguintes condições: "70% do valor de aquisição, sendo 50% do Banco Central e 20% (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), pelo prazo de 36 meses, inclusive 6 de carência, com o custo médio anual de 22,30% ficando os 30% remanescentes de livre acordo entre o vendedor e o comprador do equipamento".

3.º — A relação de máquinas ofertadas é a seguinte:

<b>Pela firma Parmo S.A.</b>			
1 (um) tratar de rodas modelo D-40 ao custo financiado	NCr\$	241.572,00	
8 (três) pás carregadeiras modelo HD6G ao custo financiado	NCr\$	108.557,00	
(por unidade)			
8 (duas) pás carregadeiras modelo HD7G ao custo financiado	NCr\$	131.351,00	
(por unidade)			
1 (um) Trator esteiras modelo HD-16-DP ao custo financiado	NCr\$	231.347,00	
1 (um) Trator de esteiras modelo HD-21P ao custo financiado	NCr\$	292.300,00	
1 (um) Trator esteiras modelo HD-21P ao custo financiado	NCr\$	292.300,00	
(lâmina deste equipamento comando a cabo)			

**Total** ..... NCr\$ 1.645.892,00

<b>Pela firma IMAR</b>			
1 (um) trator esteiras HD-21P ao custo financiado	NCr\$	292.300,00	
1 (uma) pá carregadeira modelo HD-7G ao custo financiado	NCr\$	139.400,00	

**Total** ..... NCr\$ 431.700,00

Importando o montante global total das ofertas em NCr\$ 2.077.592,00 (dois milhões, setenta e sete mil e quinhentos e noventa e dois cruzeiros novos).

4.º — Com referência à manutenção, devemos esclarecer que, embora o maquinário seja originário de um único fabricante, no caso Allis Chalmers, compõe-se de modelos diferentes em cada uma dos grupos propostos (Pás Carregadeiras e Tratores de Esteiras).

Este fator nos induz a prever a perda de eficiência operacional do equipamento, decorrente de paralisação mais prolongada, provocada, pelo retardamento na obtenção de peças de reposição e não de obras especializadas.

Todavia, a experiência a ser adquirida pelo D.E.R. Pr., através da observação do desempenho de modelos de características diferentes, tornar-se-ia aproveitável, "à posteriori", situando-se mais distintamente faixas de especificações de equipamentos que melhor atendem às exigências de trabalho próprias do nosso Departamento, quando de novas aquisições de vulto.

5.º — Analisando os tipos de máquinas propostos, no que se refere às suas principais características construtivas, a Comissão apresenta as seguintes conclusões:

5.º 1 — O trator Allis Chalmers, modelo D-40, não convém para o Departamento. Fundamenta-se tal afirmação face o mesmo possuir rodas pneumáticas o que lhe delimita, em parte, o campo de aplicação. O segundo argumento contrário refere-se igualmente ao seu sistema de tração (rodas), porquanto seria o primeiro deste tipo a ser aplicado pelo nosso Departamento e o risco financiado de um eventual fracasso operacional, seria demasiado face o seu custo inicial.

5.º a — O trator Allis Chalmers, modelo HD-21P, ofertado pela firma Parmac, com sistema de comando de lâmina, através guincho, roldanas e cabos, sugerimos seja preterido.

E esclarecemos que o D.E.R., em suas concorrências públicas para tratores de lâmina angulável tem exigido controle hidráulico, acompanhando a preferência demonstrada pela maioria dos compradores, quer entidades públicas ou particulares. O desempenho de um controle hidráulico, em serviço de lâminas para equipamento deste gênero é reconhecidamente vantajoso, comparado com o primitivo, isto é, por meio de guincho.

5.º 3 — Por conseguinte, o montante global das ofertas, citado ao final do tópico 3.º, deste, passaria a ser de NCr\$ 1.543.720,00.

6.º — Em prosseguimento ao exame da presente proposta, sob protocolo n. 3.769/DER, de 5.3.68, recebida do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, deteve-se a Comissão designada através Portaria n.º 008, de 6.3.68 na qualificação dos preços apresentados pela firma PARMAQ S.A. ao BRDE, os quais ora são endereçados à apreciação e julgamento do DER-Pr., com a finalidade de averiguar a aceitabilidade dos mesmos.

Para tanto, primordialmente, como medida a sanar a carência de elementos comparativos, pois, como se vê, tratamos de uma oferta isolada, sem a costumeira competição pública entre vários interessados, buscamos dados correlacionados em concorrências anteriores, em especial, na mais recentemente realizada pelo DER-Pr., em 30.5.66, conforme Edital n.º 23, do mesmo ano.

Observa-se, àquela ocasião, para a pá carregadeira, HD-6G, idêntica à que ora está em estudo, a seguinte proposta:

Preço Unitário FOB Fábrica	US\$ 15.722,21
Despesas Internas	649,00
Despesas Externas	933,00
Preço unitário, aprox. CIF Porto Pguá.	17.304,21
Para fins de cálculo (continua a referida proposta).	
Porto de Paranaguá	Cr\$ 38.415,346
A taxa cambial de Cr\$ 2,20 por dólar CIF Porto Pguá.	Cr\$ 38.415,346
Despesas com abertura de crédito	1.820,462
Despesas de transporte até Curitiba	2.978,463
Custo final	43.314,578

Dai, e considerando que a taxa cambial do dólar constitui-se em verdadeiro fiel da balança dos preços no território nacional, sobremaneira no que afeta aos produtos importados, e mais, quando dos EEUU da América do Norte, houvermos por bem conduzir o raciocínio da avaliação objetivada segundo este prisma.

Sendo, atualmente, o valor do dólar de NCr\$ 3,22, infere-se ter ocorrido um incremento de NCr\$ 1,02, em relação à taxa cambial vigente em maio/66, o que representa aumento da ordem de 46,3%.

Portanto, fazendo-se a correspondente correção proporcional, que, não somente seria representativa da mutação do real mérito aquisitivo das moedas de ambos os países, mas, também, significa a compensação devida às despesas decorrentes da transação internacional, alcançamos o resultado:

$$\text{Cr\$ } 43.314.578 \times 1,463 = \text{NCr\$ } 63.369,22$$

onde se constata existir, comparando com o preço proposto para pagamento à vista (NCr\$ 100.000,00) acréscimo de 57,8%, ou melhor, numa operação em termos estritamente comerciais é perfeitamente cabível iniciar negociações solicitando abatimento nos preços unitários ofertados de até 37,0%.

**PARECER**

Por conseguinte, face ao exposto, relembrando a conveniência no aproveitamento do financiamento oferecido, somos de parecer que o DER., através de quem de direito, mantenha entendimentos com a firma interessada no fornecimento, dando conhecimento das conclusões da Comissão e solicitando uma contra proposta que venha, efetivamente, de encontro aos interesses do nosso Departamento.

As. Theodoro Venetkides — Carlos João Zimmermann — Tadeo Jaworski"

Este é o parecer da Comissão que fôra designada para estudar a proposta do BRDE sobre financiamento de máquinas ofertadas pela PARMAQ e pela IMAR ao DER.

De posse do parecer da Comissão designada, a Direção do DER enviou Expediente às firmas ofertantes, solicitando das mesmas o abatimento de 37% do valor das máquinas ofertadas. E, a fim de não tomar muito o tempo dos srs. Deputados, eu me permito apenas, desprezando muitas coisas que aqui se encontram neste processo, para me fixar no seguinte: o parecer da Comissão, que inclusive opinava contrariamente a certas e determinadas máquinas que julgavam desnecessárias ao Departamento, que apelava para que o DER entrasse em negociações com as firmas, pleiteando a redução de 37%, o despacho da Diretoria Geral foi o seguinte: "tendo em vista o parecer da Comissão, às páginas 63 e 64 consulte-se a firma interessada da possibilidade da mesma proceder a redução aprovada pelo Conselho de Administração, até 37%. No caso negativo, informe-se ao BRDE do desinteresse do DER na aquisição do equipamento por não consultarem os interesses do Estado, pois os custos são exagerados".

Esse despacho foi dado no dia 12 de março de 1968 e, no mesmo dia, através de pressão que se exercia naquele Departamento e sobre a Comissão, foi exonerado o Diretor do DER de suas funções, às 17 horas, do mesmo dia 12 de março.

No dia seguinte, depois de alterado o parecer da Comissão, depois das firmas não terem cumprido nenhuma das exigências solicitadas, a operação foi realizada com todas as máquinas, inclusive aquelas cujo preço a Comissão havia sido contra, por não consultarem os interesses do DER do Paraná.

O sr. Erondy Silveiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, já debatemos exaustivamente essa matéria, inclusive já foi objeto de debate, quase com as mesmas acusações, por parte de um nobre Deputado integrante do MDB nesta Casa. As acusações que V. Exa. está fazendo com tanto alarde, trazendo ao conhecimento desta Casa, já foram objeto até de investigações por parte de órgão competente do Governo Federal.

Nada encontraram que pudesse incriminar ou recrminar o atual Secretário dos Transportes que, na ocasião, era Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem.

Mas, o que V. Exa., muito habilidosamente está omitindo, e é exatamente neste preciso instante que solicito o aparte a V. Exa. de vez que estava escutando o seu discurso desde o início, é um detalhe.

V. Exa. quer fazer crer à Casa que, somente, após a exoneração de um



Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Aprovado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Roberto Galvani, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 404-67, criando uma Escola Normal de Grau Colegial, no Município de Floresta. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n. 404-67

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Floresta, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator  
Agnaaldo Pereira Lima

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 4-70, ex-Proposição n. 49-70, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e o Serviço de Acordo de Classificação no Paraná. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n. 4-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aprovado, nos termos do inciso VII, do artigo 22, da Constituição do Estado do Paraná, o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Acordo de Classificação do Estado do Paraná, para a execução de um programa de cooperação financeira objetivando imprimir um ritmo ascensional aos encargos de classificação dos produtos agropecuários.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator  
Olavo Ferreira.

4.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 122-70 de autoria do dep. Nelson Buffara, concedendo título de "Cidadão Paranaense", aos integrantes da Seleção Brasileira de Futebol. — Parecer favorável da C.C.J. — **EMENDA** de 3.ª Discussão (Anexoado ao presente Projeto de Lei n. 274-69 de autoria do deputado Fabiano Braga Cortes). — **Aprovados, projeto e emenda.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 250-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, a denominar "Maria Clara Brandão Tesseroli", o atual Centro Educacional Guaiara, desta Capital. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 62-70, de autoria do dep. Alencar Furtado, que considera de Utilidade Pública, a Sociedade Beneditina Paranaense, com sede em Curitiba. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 84-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, a Federação de Trabalhadores Cristãos do Paraná, com sede em Curitiba. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 69-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública, a Fundação TELEPAR, com sede em Curitiba. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 105-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, autorizando o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, em Umuarama, com a finalidade de criar, instalar as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas e dá outras providências. — **Em regime de urgência. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 85-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, criando na sede do Município de Umuarama, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios de Umuarama, Icaraima, Altônia, Pérola, Xambre, Alto Piquiri e Iporã. — **Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 94-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, autorizando o Poder Executivo a celebrar, com a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, convênio para pavimentar as Avenidas de contorno e Central da Cidade de Rio Branco do Sul, na forma que especifica. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, aprovando convênio firmado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1969, para ação fiscal sobre órgãos Executivos da atividade hemoterápica. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

Projeto de Resolução n. 5-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Aprovar, nos termos do Item VII, Art. 22 da Constituição Estadual, o Convênio firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria

de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1969, para exercício de Ação Fiscal sobre os Órgãos Executivos da Atividade Hemoterápica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1970.

(aa) José Alencar Furtado — Presidente  
Abraão Miguel — Relator  
Luiz Renato Malucelli

Comissão de Constituição e Justiça  
PARECER ao Projeto de Lei n.

PROPOSIÇÃO N. 40-70

Capeada a Mensagem 5-70, envia a esta Casa o Excelentíssimo Senhor Governador, cópia do Convênio celebrado em 6 de março de 1969, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, para exercício de Ação Fiscal sobre os Órgãos Executivos da Atividade Hemoterápica.

A esta Casa, nos termos do item VII do artigo 22 da Constituição Estadual, cabe tão somente referendar aquele Convênio visto que, o mesmo vem devidamente justificado na forma do regimento interno.

Isto posto, apresentamos à consideração dos ilustres membros desta Comissão o Projeto de Resolução anexo, para que desta forma seja o mesmo Convênio aprovado.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1970.

(aa) José Alencar Furtado, Presidente — Abraão Miguel, Relator.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 37-70, Mensagem Governamental n. 10-70, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorização para doação à Companhia de Habitação do Paraná, do terreno de propriedade do Estado do Paraná, situado na cidade de Piraí do Sul. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. com SUBSTITUTIVO GERAL.**

— Ao referido projeto foi apresentado um requerimento de autoria do deputado Abraão Miguel, solicitando a retirada do mesmo, por 10 sessões.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.** Será o projeto retirado da Ordem do Dia, por 10 sessões.

Projeto de Lei n. 37-70

Mensagem Governamental n. 10-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Companhia de Habitação do Paraná "COHAPAR" parte do imóvel situado em frente para a Estrada Municipal, na cidade de Piraí do Sul, com as seguintes características e confrontações: Trata-se de uma parte do imóvel com área de 13.594,26 m<sup>2</sup>, medindo 135,60 metros de frente para a Estrada Municipal, por 100,00 metros no lateral direito, fazendo frente para a rua de contorno, por 100,35 metros no lateral esquerdo fazendo frente para a rua de contorno, por 100,35 metros no lateral esquerda fazendo frente para a rua de contorno e 135,60 metros de fundos sem benfeitorias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao Projeto de Lei n. 37-70

1.) De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei visa corrigir uma situação de ordem legal que diz respeito a vinte (20) famílias de Piraí do Sul, nos termos da exposição feita às fls. 2, do respectivo processo.

2.) O plano de lei em questão vem articulado e devidamente justificado, atendendo, desta forma, disposições do Regimento Interno. Quanto a sua oportunidade, é evidente.

3.) Não fere, por outro lado, qualquer questão de ordem constitucional, assim como de ordem legal.

4.) Isto posto, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1970.

(aa) Emilio Carazzai — Presidente  
Ivo Tomazoni — Relator  
Paulo Camargo  
Armando Queiroz de Moraes  
José Alencar Furtado.

Comissão de Terras Imigração e Colonização

PARECER ao Projeto de Lei n. 37-70

1.) O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, foi devidamente examinado pela Doutra Comissão de Constituição e Justiça, a qual ofereceu parecer favorável.

2.) Referido plano visa, antes de tudo, corrigir um problema jurídico, na forma como vem especificado na justificativa do projeto, justificativa esta que nos convence plenamente. Além do mais com a aprovação do projeto, será equacionado, também, uma questão de ordem social.

3.) Por tais razões, somos pela aprovação da proposição, desde que seja atendido o substitutivo anexo.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

(aa) Igo Losso — Presidente  
Agnaaldo Pereira Lima — Relator  
Emilio Carazzai.

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 37-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta lei, autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná "COHAPAR" um imóvel constituído de uma área com 13.594,26 m<sup>2</sup>, localizado na cidade de Piraí do Sul, com as seguintes características e confrontações: pela frente com a Estrada Municipal, onde mede 135,60 m; pela lateral direita, faz frente, também, para rua de contorno, onde mede 100,00 m; pela lateral esquerda, faz frente, igualmente, para a mesma rua de contorno, onde mede 100,35 m, e, finalmente, 135,60 m na linha dos fundos, sem benfeitorias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

(aa) Igo Losso, Presidente — Agnaaldo Pereira Lima, Relator.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria de V. Exa. que este projeto seja encaminhado à Comissão.  
V. Exa. que este projeto seja encaminhado à Comissão de Finanças, de vez que não tem parecer da referida Comissão.

Por este motivo gostaria que passasse pela Comissão de Finanças antes de vir novamente para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A solicitação do sr. deputado João Mansur será atendida. Além de ser retirado da Ordem do Dia por 10 sessões sofrerá o crivo da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do sr. José Antoniassi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Galvani, constante do Expediente, solicitando inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do sr. Humberto Machado da Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. deputados Erondy Silvério e Roberto Galvani, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antonio da Silva Pereira, ex-Presidente do Curitiba F.C. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando também voto de pesar pelo falecimento do sr. Antonio da Silva Pereira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Olivio Belich, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao doutor Jayme de Camargo Simões, diretor administrativo, atualmente respondendo pela Presidência da COPEL. — **Aprovado.**

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento: o nome do Presidente da COPEL é Arturo Andreoli.

O SR. PRESIDENTE — Vale a ressalva feita pelo sr. deputado Roberto Galvani.

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente, solicitando seja determinada a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor governador Paulo Cruz Pimentel e ao digníssimo senhor Secretário dos Transportes, encaminhando sugestão. — **Aprovado.**

Esta Presidência acusa a presença neste Plenário, dos srs. Prefeitos de Francisco Beltrão e Céu Azul, srs. Demi Schwartz e Emilio Gomes, respectivamente. Esta Presidência sente-se honrada com a visita dos srs. Prefeitos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, di 8, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte.

#### ORDEM DO DIA:

- Redação Final — dos Projetos de Lei n.s 122-70, 227-69, 175-69;
- 3.a Discussão — dos Projetos de Lei n. 84-70, 69-70, 105-70, 85-70, 94-70;
- 2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-70;
- 1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 208-69, 43-69.

Levanta-se a sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa de 6.ª Legislatura Ata da 91.ª Sessão Extraordinária Realizada em 7 de Julho de 1970

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. Igo Losso e Haroldo Bianchi.

Às 15.45 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivio Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antonio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Bussato, Emilio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fuad Nacil, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Paulo Camargo, Paulo Poli, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Agnaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Cortes, Jorge Sato, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Pinto Dias e Silvio Barros (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária, anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 srs. deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 65-70, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 22-69, de autoria do dep. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Mandaguari a Astorga, numa extensão de 30 (trinta) quilômetros. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Esta Presidência fará constar em Ata o voto favorável ao projeto do sr. deputado Abrahão Miguel, e contra o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 8, quinze minutos após o término da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 66-70.

Levanta-se a sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 92.ª Sessão Ordinária Realizada em 8 de Julho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Antonio Lopes Júnior e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivio Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antonio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Bussato, Emilio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fuad Nacil, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Silvio Barros e Túlio Vargas, (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann, Agnaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Cortes, Jorge Sato, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Seme Scaff e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, sejam encaminhados ofícios aos excelentíssimos senhores dr. Paulo Cruz Pimentel, digníssimo governador do Estado e engenheiros Eurides Mascarenhas Ribas e Aldo Patitucci, respectivamente, secretário dos Transportes e diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que a Rodovia Londrina-Bela Vista do Paraíso tenha a sua ligação asfáltica pelo trajeto anteriormente traçado, ou seja Londrina-Warta-Heimtal-Bela Vista do Paraíso.

Esta reivindicação, que corresponde aos anseios de milhares de usuários da referida rodovia e já prometida pelas autoridades estaduais, encontra um leito pronto para receber a base asfáltica, com as obras de artes concluídas e uma distância relativamente curta. Além disso, este traçado possibilitará um aproveitamento mais positivo dos usuários, pois nesta rota é que está concentrada grande parte das populações dos municípios beneficiados.

O encurtamento das distâncias, a pavimentação mais perto dos utentes, dará um uso mais racional e justo à referida rodovia, além dos benefícios sócio-econômicos, fatos que vêm ao encontro da política administrativa do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1970.

(a) Olivir Gabardo

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a instalação da Assembleia Legislativa na cidade de Pato Branco, em data julgada mais conveniente à Comissão Executiva, de acordo com os termos de Projeto de Resolução em vigor. A instalação do Legislativo estadual, naquela cidade do Sudoeste, já foi reivindicada pela Câmara Municipal de Pato Branco, através de ofício dirigido à esta Casa pelo vereador Jauri de Souza, presidente daquele órgão legislativo, que mostrou, inclusive, o interesse coletivo da reunião, a qual deverá contar com a presença de prefeitos e vereadores de cerca de 29 municípios da região Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1970.

(a) Ivo Tomazoni

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Considerando, que mais de uma centena de funcionários da Secretaria do Trabalho e Assistência Social trabalham naquela repartição sob o regime de contrato;

Considerando, que alguns destes contratos estão no exercício de sua função há mais de 5 anos, e que, regidos pela CLT, apenas em 1969, tiveram suas situações regularizadas junto ao INPS;

Considerando, que apesar do desconto em folha a STAS não recolheu o Fundo de Garantia e demais taxas de previdência.

Requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao sr. Secretário de Trabalho e Assistência Social o seguinte Pedido de Informações:

- 1.º — Quantos funcionários sob o regime de contrato trabalham na Secretaria do Trabalho e Assistência Social?
- 2.º — Quantos servidores estão sob este contrato há mais de cinco anos?
- 3.º — Desde que data, a STAS vem descontando Fundo de Garantia e demais taxas previdenciárias ao INPS, dos funcionários contratados?
- 4.º — Em caso de confirmação, por quais motivos a STAS não recebeu as citadas taxas junto ao INPS?
- 5.º — Quais as perspectivas de tais funcionários após o término dos contratos atuais?

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1970.

(a) Olivir Gabardo

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 138-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em Abranches, arbalde desta Capital, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 1970.

(a) Arthur de Souza

**JUSTICATIVA:**

O virgíneo crescimento do arrabalde de Abranches, desta Capital, está a exigir dos Poderes Públicos um melhor atendimento no que tange à educação.

Com efeito, os seus moradores estão encontrando inúmeras dificuldades em matricular seus filhos em condições de cursar o ginásio, dada a exigência de vagas que se verifica nesta Capital. Além do mais, a criação de tal ginásio virá, também, desonerar o orçamento doméstico dos habitantes daquele bairro, tendo em vista que a população estudantil ali existente não terá mais necessidade de se deslocar até o centro urbano.

Em face de tais razões, submetemos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê acatamento.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos recebendo dos moradores do município de Londrina, de Warta, Heimtal e Bela Vista do Paraíso, um abaixo assinado contendo mais de 500 assinaturas, inclusive Presidentes de entidades de classe de Londrina, solicitando ao sr. Governador do Estado e ao Secretário de Transportes, para que o asfaltamento da Rodovia Bela Vista do Paraíso-Mauá se faça no trajeto Warta-Heimtal. Aliás, o primeiro traçado dessa estrada, já há longos anos, desde o Governo anterior, era esse, e esta é também, inclusive, a tendência dos órgãos da Secretaria de Transportes. Realmente, o asfaltamento deverá sair por esse trajeto, porque beneficia sócio-economicamente a região mais povoada da área Norte do município de Londrina.

Todavia, posteriormente, foi feito um novo traçado, desviando essas duas importantes localidades do município de Londrina, Warta e Heimtal, desviando-se das populações mais densas, das áreas em que a produtividade era maior, para uma área mais afastada, junto às divisas do município de Cambé. Portanto, o traçado inicialmente feito corresponde às necessidades sócio-econômicas do município de Londrina e de toda aquela região Norte do Paraná, por onde esse traçado passou pela primeira vez; e é nesse sentido que estamos encaminhando requerimento, solicitando que a abertura da concorrência deverá ocorrer, segundo fomos informados, logo que seja feito este contrato, seja no sentido do asfaltamento Bela Vista, Warta, Heimtal e não pelo novo traçado recentemente feito.

Acreditamos que os órgãos da Secretaria dos Transportes terão de reconhecer que esta estrada só será válida se atender as reivindicações das populações localizadas naquela região.

Cremos que o Governo irá se sensibilizar com o apelo dos moradores dessas localidades, de vez que o asfaltamento irá beneficiar grandemente as populações localizadas no setor norte, no município de Londrina. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador, sr. deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dentro da precariedade jurídica constitucional do País, estimulamos a manifestação da nossa liderança mór do MDB, nas posições políticas que tem assumido nacionalmente.

Ainda ontem recebi do senador Oscar Passos, presidente do Diretório Nacional do MDB, um telegrama em que recomendava não admitirmos nenhuma ameaça ou intimidação aos nossos candidatos ao pleito deste ano.

Aqui no Paraná, alguns companheiros nossos, sentindo recato em razão da maledicência política interessada de alguns cidadãos adversários do interior principalmente precisam, desta data em diante, ficar sabendo que a ameaça que possam fazer a qualquer de nossos candidatos a Deputado Estadual, a Deputado Federal ou a Senador será objeto de análise séria por parte da Direção Regional do MDB, que promoverá a responsabilidade criminal.

Não admitimos ameaças, não admitimos intimidações, não admitimos injúrias que, por vezes, vêm envolvendo inclusive o bom nome de oficiais do Exército, não admitimos, sob qualquer pretexto, qualquer espécie de coação, surda ou ostensiva. Este gesto reclamativo da Direção Nacional do MDB tem ângulos que precisam ser examinados, é o respeito constitucional ao direito político e ao cidadão candidato, é o respeito às instituições que, desgraçadamente nós vemos pelo Brasil afora e inclusive, entre nós, desacatadas as instituições públicas, vêm sendo ofendidas e feridas com certa frequência; a autonomia dos Estados tem sido sujeita à contestação frequente, constante, ao próprio Governo constituído, sofrendo desprimor de um comportamento que debilitamos à ARENA, exclusivamente, faz com que realçemos o comportamento do Presidente Nacional do MDB, que não admite fatos como estes que denunciemos, como também não admitimos, pelo menos com o nosso protesto, não admitimos que se releguem as instituições deste País, a plano secundário ou terciário, numa proclamação a individualismos de certas figuras que surgem no Brasil. Nós somos serenos neste comportamento, estritamente obedientes à Lei e à Constituição. Não devemos obediência a poderoso algum nem da esfera nacional, devemos obediência à Lei e à Constituição. Vamos pedir para que os ouvidos cheios de cera se abram e sejam limpos para a pregação do retorno ao estado de direito de que tanto carece este País. Necessitamos de um retorno urgentíssimo do povo nos pleitos, não podemos conceber o povo alheio às disputas democráticas, ao pleito que se avizinha em outubro próximo, quando da eleição do nosso Governo. Vai ser um pleito sem alma, sem vibração, sem ela, quase sem democracia, porque sem povo. Nós faremos a pregação de eleições diretas como a constante do retorno ao estado de direito como meta primeira da vida democrática de qualquer povo, numa valorização ao regime e ao homem. Nós teremos de pedir em todos os comícios, em todas as nossas pregações, nacionalmente, que se restaure o "habeas corpus" neste País, garantida instaurada ainda no tempo de João Sem Terra, do ano de 1.200, srs. Deputados. Não pode ser violentada por ninguém, nem pela própria Revolução, que deve dar guarida ao direito do cidadão contra a prepotência de que possa ser vítima, como tem sido constante na área nacional, em todos os escalões deste País, mormente neste instante de eleições. Tememos que o povo fique a sofrer e não tenha instrumento hábil ao seu alcance, que é o "habeas corpus". Um povo sem "habeas corpus" é um povo sem estado de direito, torna-se quase escravo. Nós quase que nos poderíamos situar naquela condição de uma cubata africana, onde não há regime democrático, mas pelo menos diz-se que lá não há.

Não podemos viver de falsa democracia, democracia a meio termo, democracia pela metade, que é ditadura, ou ditadura que é democrática. Não. Nós teremos que pregar, todos nós, o povo inteiro, pelo estado de direito, porque sem este nem nós Deputados, nem o povo, o país, a família, o filho de cada um de nós têm direitos a assegurar. Então, dando notícia à Casa, dando notícia às autoridades, dando notícia aos interessados de que o Presidente do meu Partido nos recomendou que tomasse providências promovendo a responsabilidade criminal de quem procurasse ameaçar, intimidar os nossos candidatos. Estaremos então, valorizando as instituições nacionais, e muitos não estão neste côro, entre nós, inclusive. Mas transmitimos o recado político que nos envia desse partidariamente.

Por último, queria dirigir um apelo administrativo à Mesa da Assembleia, sr. Presidente da Casa. Há poucos dias atrás nós vimos uma escritora ser barrada na Academia Brasileira de Letras, por ser mulher. Num retrogratismo que não tem mais razão de ser. Mas tal fato discriminatório acontece na Academia Brasileira de Letras e acontece na Assembleia...

O sr. Erondy Silvrio — No serviço taquigráfico também.

O SR. ALENCAR FURTADO — Acontece neste País, e outros, é a discriminação injusta, ilegal, inconstitucional. Por razões de crença, de sexo, não pode haver esta discriminação, porque há um preceito constitucional que a veda. Quero agora fazer um apelo ao Presidente da Casa, principalmente. Nós estamos, sr. Presidente, vivendo os rigores do inverno, inverno dos mais fortes. Vejo aqui uma queixa geral. Assomo à tribuna para fazer este apelo, porque não tenho outro meio. Faço para que nós poupeemos determinada discriminação que, em alguma escala, os jornais estardalhaçam. No entanto, naturalmente, os interessados ficam a sofrer. A Casa, no rigor deste inverno precisa ser mais liberal, data vênua, mormente com as mulheres, as funcionárias. Os homens podem vir de qualquer jeito, acreditado que eles não têm reclamações, mas as mulheres não podem vir de panelonas, de slacks, apenas por serem mulheres? Acho um discriminação que pode ser pequena, mas é odiosa; porque não situar no mesmo plano o tratamento que se dispensa ao funcionário homem, porque se todos são iguais, se há até motivo de força maior que é o inverno, qual é o falso pudor, que falso pudor existe?

O sr. Emílio Carrazal — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando o raciocínio de V. Exa. e estou de pleno acordo com o que V. Exa. está defendendo desta tribuna. Não sei porque proibir o uso da panelona e do slack, quando se tolera, e eu também tolero, a mini-sala.

O SR. ALENCAR FURTADO — V. Exa. tem, de velho, só os cabelos brancos, mas é de uma juventude em flor, atualizado e que sabe entender os problemas, pequenos ou grandes, conforme se situam. Vejam os srs. Deputados que isto vai um igualitarismo constitucional até e retira o falso pudor que não deve prevalecer.

Se o inverno é rigoroso, o é tanto para o homem como para a mulher. Assim sendo, estou certo de que V. Exa. tomará uma providência justa, mormente tendo em vista o inverno que é severo, principalmente para a mulher. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 29 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 122-70, concedendo título de "Cidadão Paranaense", aos integrantes da Seleção Brasileira de Futebol. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 122-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Paranaense" aos seguintes integrantes da Seleção Brasileira de Futebol, Tri-Campeã da Copa "Jules Rimet":

Edson Arantes do Nascimento — Pelé  
Roberto Rivelino — Rivelino  
Gérson de Oliveira Nunes — Gérson  
Jair Ventura Filho — Jairzinho  
Eduardo Gonçalves de Andrade — Tostão  
Clodoaldo Tavares Santana — Clodoaldo  
Wilson da Silva Piazza — Piazza  
Hércules Brito Ruas — Brito  
Everaldo Marques da Silva — Everaldo  
Félix Mieli Venerando — Félix  
Carlos Alberto Torres — Carlos Alberto — Capitão  
Marco Antônio Feliciano — Marco Antônio  
Eduardo Roberto Stinghen — Ado  
Emerson Leão — Leão  
José Maria Rodrigues — Zé Maria  
Joel Camargo — Joel

José de Anchieta Fontana — Fontana  
Roberto Lopes Miranda — Roberto  
Dario José dos Santos — Dario  
Paulo César Lima — Paulo César  
Jonas Eduardo Américo — Edu  
José Guilherme Baldocchi — Baldocchi  
Mário Jorge Lobo Zagalo — Zagalo — Técnico.  
Art. 2.º — Fica concedido, também, o título de "Cidadão Paranaense" ao senhor João Saldanha, orientador Técnico da Seleção Brasileira, na fase de classificação.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

Presidente

Relator

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 227-69, autorizando o Poder Executivo a instalar, no Município de Jacarésinho, um Corpo de Bombeiros e Serviço de Prevenção Contra Incêndio, em convênio com a Prefeitura Municipal — **Aprovado**.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 227-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, no Município de Jacarésinho, um Corpo de Bombeiros e Serviço de Prevenção Contra Incêndios, em convênio com a Prefeitura Municipal daquele Município, de acordo com o que determina o artigo 111 da Constituição Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Olavo Ferreira — Relator  
Agnaldo Pereira Lima

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 175-69, criando uma Circunscrição de Trânsito com sede em Irati, e com jurisdição nos municípios de Rio Azul, Rebouças, Irati e Teixeira Soares. — **Aprovado**.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 175-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica criada uma circunscrição de trânsito com sede em Irati, e com jurisdição nos Municípios de Rio Azul, Rebouças, Irati e Teixeira Soares.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Agnaldo Pereira Lima — Relator  
Fabiano Braga Cortes

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 84-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, a Federação de Trabalhadores Cristãos do Paraná, com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 69-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública, a Fundação TELEPAR, com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 105-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, autorizando o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, em Umuarama, com a finalidade de criar, instalar as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras Econômicas e dá outras providências. — Em regime de Urgência. — **Aprovado**.

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 85-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, criando na sede do Município de Umuarama, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios de Umuarama, Icaraima, Altônia, Perola, Xambre, Alto Piquiri e Iporã. — Parecer favorável da C.C.J. — Em regime de Urgência. — Em votação.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a inversão da Ordem do Dia, colocando em votação, por último, esse Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo solicitação do deputado Paulo Poli, coloco em votação requerimento pedindo inversão da Ordem do Dia.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, data vênica de sua decisão, esse projeto já foi discutido e já foi votado, inclusive solicitada a verificação de votação. Então, é fato consumado. Parece-me que não há outra saída. Já se votou, já se verificou a votação, portanto, já se encerrou. Data vênica de qualquer novo requerimento, peço à Mesa que, em respeito ao Regimento Interno, respeitemos a votação.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem levantada pelo deputado Alencar Furtado, desejo esclarecer a S. Exa. que a votação ainda está em andamento, não houve verificação de votação. Cabe, portanto, o requerimento no presente momento.

O SR. OLIVIER GABARDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, data vênica de resposta dada por V. Exa. ao deputado Alencar Furtado, já foi solicitada verificação de quorum para essa matéria. Tenho impressão de que a matéria já está vencida. Não se pode interromper a votação de um projeto. Estava sendo feita a verificação de votação do projeto. V. Exa. não pode interromper, a matéria já estava sendo vencida, estava em verificação.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, pretendo neste instante quem sabe resolver esse impasse. Vou entrar com uma emenda e se a Casa assim entender, o projeto será remetido à Comissão e automaticamente sairá da Ordem do Dia, para ser apreciado pela Comissão Técnica, eis que há um entendimento com o deputado Paulo Camargo, que para criar a Circunscrição no município que pretende, não deveria incluir os municípios em que tenho liderança política, que estão aqui. Então, a emenda é no sentido de que se excluam esses municípios.

Então, se os nobres Deputados do MDB assim aceitarem, fica suspensa a votação desse projeto, enquanto elaboro a emenda e com as demais será apreciada pela Casa.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito, na oportunidade, fosse observado o art. 82, parágrafo 3.º e 4.º do Regimento Interno da Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, estamos verificando, pelo Averbulo da Ordem do Dia, que foi distribuído aos srs. Deputados, que o Projeto de Lei n.º 85-70, de autoria do sr. deputado Paulo Ca-

margo, cria na sede do município de Umuarama, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição em vários municípios, entre os quais Alto Piquiri e Iporã.

Atualmente, manuseando o Anteprojeto 85-70, pudemos observar que se encontram riscados os dois municípios constantes do Averbulo da Ordem do Dia, Alto Piquiri e Iporã.

Consulto se não seria conveniente que se adiasse a votação do projeto, desde que o autor do mesmo, nosso nobre colega Paulo Camargo, Deputado que toda a Casa respeita pelo seu comportamento e pela sua elegância no debate das matérias nesta Casa, esteja presente para esclarecer esta dúvida — se foi, realmente, o autor da Proposição quem excluiu estes dois municípios, riscando-os no processo que se encontra em nossas mãos.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, que se adie a apreciação em 3a. discussão do Projeto de Lei n.º 85-70, para quando presente o autor do mesmo, possamos dirimir esta dúvida, sem que o que é quase impossível a Casa ter um pronunciamento correto.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Projeto de Lei n.º 85-70, de autoria do sr. deputado Paulo Camargo, que propõe a criação no município de Umuarama, de uma Circunscrição de Trânsito, envolve matéria financeira.

Por esta razão, requeiro a V. Exa. que este projeto volte à Comissão de Finanças para receber parecer. Segundo verifiquei aqui, somente tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço preferência para o requerimento que fiz há poucos instantes, porquanto, data vênica o entendimento do deputado João Mansur, achamos que o projeto não envolve matéria financeira em hipótese alguma.

O referido projeto está criando uma Circunscrição de Trânsito. Não vejo, por isso, como possa este projeto retornar à Comissão de Finanças.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, a Proposição do nobre deputado Erondy Silvério teve boa intenção de, principalmente respeitando a ausência do nobre deputado Paulo Camargo, dar uma saída ao impasse que se quis criar. Todavia, entendo o seguinte: 1.º) V. Exa. não poderia jamais deixar de acolher a votação feita por este Plenário, votação que foi ainda verificada, sr. Presidente. Nós não podemos desatocar ou desfazer uma deliberação do Plenário; 2.º) a sugestão do nobre deputado Erondy Silvério, para que se protelesse o andamento ao curso do Projeto em aguardando-se o pronunciamento do deputado Paulo Camargo, queria adiantar a V. Exa. e à Casa, o seguinte: poderíamos, na Redação Final, acolher a sugestão do nobre deputado Erondy Silvério, até porque, posso afirmar como testemunha de quem figurou na Comissão de Constituição e Justiça, que, eu pelo menos que assinei este papel que figura às folhas 2, não assinei com rasura.

Nestas condições, sr. Presidente, como vamos ainda ter uma discussão que em Redação Final, nós daremos vez ao deputado Paulo Camargo para direm esta dúvida que eu reputo uma acusação muito grave pairando sobre ninguém, eis que não se identifica o autor dessa rasura.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Este Deputado deseja um pouco da luz do saber de V. Exa., sr. Presidente.

Como Presidente da Comissão de Redação, ficaria este Deputado face a uma dúvida, porquanto, se aprovada em 3a. Discussão a matéria e remetida para aquela Comissão, nós não sabemos se deveríamos ou não incluir os municípios de Alto Piquiri e Iporã, como municípios jurídicos.

Consideramos, portanto, válida a questão de Ordem do nobre deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada da matéria da Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem) Sr. Presidente, indagaria qual o resultado da minha Questão de Ordem.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) Nós indagáramos da Mesa se a Proposição, como acusou o nobre deputado Erondy Silvério, estaria riscada, há alguma ressalva dizendo que estes riscos prevaleciam, ou se não há ressalva, porque, como disse o nobre deputado Alencar Furtado, quer nos parecer grave um Projeto de um Deputado, que apareça com palavras riscadas, abrindo, com isto, dúvidas na sua essência. Acreditamos que o requerimento do deputado Erondy Silvério pedindo que o Projeto seja retido, tem esteio no artigo n.º 134 do Regimento Interno, parágrafo 2.º, inciso 4.º, que diz: (LE)

“Serão verbais e independente de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

IV — retirada de proposição, substituição, emenda ou sub-emenda com parecer favorável.

Aqui nós vemos que há parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Daí porque acreditamos que embora S. Exa. o sr. deputado Erondy Silvério não tivesse retirado seu requerimento baseado em Regimento Interno, nós o fazemos agora, com subsídio ao requerimento do nobre Deputado, e então, a retirada com fundamento no Regimento Interno. Dada as rasuras, haverá tempo para que o sr. deputado Paulo Camargo retorne a esta Casa e possa supervisionar o seu Projeto.

O SR. OLIVIER GABARDO — (Pela ordem) — V. Exa. sr. Presidente, não respondeu a questão de ordem formulada por nós e pelo deputado Roberto Galvani, que se baseia no mesmo dispositivo regimental. Diz o Regimento Interno no artigo 84, parágrafo 3.º: “As votações não serão interrompidas, salvo ao esgotar-se a hora a elas destinada ou quando, no decorrer das mesmas se verificar a falta de número, hipótese em que ficarão adladas para a sessão seguinte.”

A matéria estava em votação. Não há nenhum argumento legal que possa superar o dispositivo regimental, em hipótese nenhuma, nem a rasura, nem a falta de pareceres de uma Comissão permanente. Diga-se de passagem, já solicitamos na segunda votação, que o Projeto fosse encaminhado à Comissão de Finanças ou outra que não me recordo. Foi retirado inclusive o projeto de pauta. Alegou-se que havia urgência para a votação da matéria. O deputado Paulo Poli argumentou com razão. Respeitamos o ponto de vista do ilustre Deputado. Todavia, não podemos decidir aqui ao sabor dos interesses pessoais. Temos uma lei realmente a respeitar. Caso contrário, tumultuamos e o fato de estar rasurado o Projeto não prevalece a rasura que o Deputado não assinou a rasura. Prevalece o Projeto na sua íntegra, conforme foi apresentado, desde que a rasura não venha subscrita por algum Deputado.

Dita esta questão de ordem, solicito que V. Exa. encerre a votação do presente Projeto e qualquer alteração de ordem redacional, poderá ser feita em Redação Final. Todavia, não podemos passar sobre o Regimento Interno, que é taxativo na matéria de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência entende que na presente questão do Projeto de Lei n.º 85-70, as votações não serão interrompidas e, portanto, a inversão de ordem da presente sessão não implica em interrupção de votação, razão pela qual submeto à discussão do Plenário o requerimento formulado pelo nobre deputado Paulo Poli e que solicita a inversão da Ordem do Dia. Os srs. Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. **Aprovado o requerimento.**

O SR. OLIVIER GABARDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, este requerimento V. Exa. nem deveria receber porque já houve uma votação da matéria. Inverter a pauta da Ordem do Dia, é interromper a votação. Data vênha, V. Exa. nem poderia receber o requerimento, quanto mais colocá-lo em discussão e votação. Vamos votar outra matéria e o Regimento Interno é claro e meridiano, quando diz que não se permite a interrupção da votação da matéria, a não ser nos casos em que se esgote o horário ou quando se verifica a falta de número para deliberação.

A inversão da pauta interrompe a votação. Pediria, então, que fosse observado o Regimento Interno, data vênha, neste particular.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa já decidiu a questão de ordem e comunica ao nobre Deputado que a votação que votação não está interrompida. Continua em discussão.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). O Sr. Presidente, o Líder de minha bancada ponderou com muita judiciosidade à Mesa que se respeitasse o Regimento Interno da Casa. A minha questão de ordem é para que se lave na Ata dos trabalhos o mais veemente protesto nosso contra a decisão da Mesa, violadora do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — O protesto do deputado Alencar Furtado está consignado.

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94-70, de autoria do dep. Eronidy Silvério, autorizando o Poder Executivo a celebrar, com a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, convênio para pavimentar as Avenidas de contorno e Central da Cidade de Rio Branco do Sul, na forma que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 5-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, aprovando convênio firmado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1.969, para ação fiscal sobre órgãos Executivos da atividade hemoterápica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-69, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para construção de uma Ponte sobre o rio Andradá em estrada que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 208-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá, na estrada que liga a sede do referido Município ao distrito de Boa Vista da Aparecida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1.969.

(a) Ivo Tomazoni.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 208-69

1. O projeto da lavra do nobre deputado Ivo Tomazoni, ora sob análise desta Douta Comissão, autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Transportes do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá, na estrada que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

2. A ligação entre as duas comunidades, através de uma ponte que ofereça perfeitas condições de trafegabilidade virá, sem sombra de dúvida, facilitar o intercâmbio comercial, industrial e até mesmo cultural entre aquelas unidades municipais do Estado.

3. A celebração de convênio proposto pelo ilustre Deputado autor do Projeto, entre o Órgão de Transportes do Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, já foi referendada pela Câmara de Vereadores local, com edição da Lei n.º 31, de 23 de setembro de 1969.

4. Além de seu caráter meramente autorizatório, o projeto não encontra, também, óbices de natureza constitucional ou legal que obstacule a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Diante das razões expostas e considerando a oportunidade e a legitimidade do projeto, o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1.969.

(aa) Emílio Carazzal — Presidente  
Luiz Cruz — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 208-69

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, a firmar convênio através da Secretaria de Transportes e a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques.

Do ponto de vista financeiro, matéria de nossa competência para opinar, não há impedimento, visto tratar-se de iniciativa de caráter autorizativo. Nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1.970.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente  
Ernesto Moro — Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 208-69

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, a firmar convênio através da Secretaria de Transportes e a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques.

Trata-se de uma justa aspiração daquela comuna, pelo que, não havendo impedimento de ordem legal ou constitucional e sendo iniciativa de caráter autorizativo.

Nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) Agnaldo Pereira Lima — Presidente  
Eurico Batista Rosas — Relator  
Ivo Tomazoni

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-69, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio, através do D.E.R., com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, para construção de Ponte sobre o Rio Congonhas ligando os dois Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 43-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Artigo I — Fica o Poder Executivo autorizado, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a firmar convênios com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, destinados à construção de ponte sobre o rio Congonhas ligando os dois municípios.

Artigo II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.969.

(a) Gabriel Manoel.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 43-69

1. O projeto, de autoria do nobre deputado Gabriel Manoel, autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a firmar convênios com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, visando a construção de uma ponte sobre o rio "Congonhas", que ligará as duas comunas.

2. A iniciativa do ilustre Legislador, além de ser de caráter meramente Autorizatório, não fere dispositivos regimentais. Não conflito, também com preceituções de ordem constitucional ou legal.

3. A oportunidade da concretização da obra já foi dita pelo autor do plano de lei, quando indicou os inculcáveis benefícios que trará ao comércio e indústria locais.

Diante do exposto, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1.969.

(aa) Emílio Carazzal — Presidente  
Wilson Fortes — Relator  
Sílvia Barros

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 43-69

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira.

Trata-se de uma obra de grande mérito para as duas comunidades que serão interligadas, pelo que, não havendo impedimento de ordem legal e constitucional e sendo iniciativa de caráter autorizativo.

Nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) Agnaldo Pereira Lima — Presidente  
Eurico Batista Rosas — Relator  
Ivo Tomazoni  
Fabiano Braga Côrtes

Votação em 3a. discussão do Projeto de Lei n.º 85-70. Em votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, visto a maioria regimental com que os srs. Deputados querem protelar a matéria e como tenho uma questão de ordem a suscitá-la à Casa, o faço antes da verificação que será solicitada. É para que a Mesa, em obediência ao artigo 189 do Regimento Interno, mande publicar os avisos de duas matérias de grande importância circulando nesta Casa e que precisam ser bem examinadas pelos Deputados e, nos termos regimentais, por autoridades e pessoas de formação técnica que tenha interesse pelo assunto, as matérias se prendem ao Estatuto da Polícia Militar do Estado e Estatuto dos Funcionários Públicos. Dois Estatutos de relevante importância para essas duas entidades corporativas do Paraná que não podem ser votados sem uma análise mais profunda, mais apurada, mais esmerilhada, para que sejam aperfeiçoadas.

Fica a sugestão à Mesa, em complemento ao artigo 189 do Regimento Interno, para que se publique, em aviso, essa matéria para ser distribuída. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esclarecendo a questão de ordem formulada pelo deputado Alencar Furtado, devo informar que a Comissão Executiva já está providenciando os avisos para serem distribuídos.

Em votação o Projeto de Lei n.º 85-70.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 85-70, queiram levantar-se. (Pausa). Os srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 11 srs. Deputados aprovam e 1 rejeita. Não há quorum para votação, nem para funcionamento da sessão.

Declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 9, às 10,00 horas da manhã, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Votação em 3a. discussão — do Projeto de Lei n.º 85-70;

Redução Final — do Projeto de Lei n.º 19-69;

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n.º 5-70;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei nrs. 208-69, 43-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 23-69.

Levanta-se a sessão.

# 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 93.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 8 de Julho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariado pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Amadeu Puppi.

As 15.45 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fuad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazom, João Mansur, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Sílvia Barros e Tílio Vargas (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann, Agnaldo Pereira Lima, Fabiano Braga Côrtes, Jorge Sato, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Seme Scaff, Wilson Fortes e Olavo Ferreira (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

## ORDEM DO DIA.

com a presença de 29 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 66-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 117-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia, ao Distrito de Pitanguera, no mesmo Município — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 27 srs. Deputados.

Há quorum para discussão e votação.

Em discussão a Proposição n. 66-70. Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 117-69. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Solicito aos srs. Deputados que tomem os seus lugares.

Os srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 117-69, queiram levantar-se. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, no meu entender, não está concluída a votação.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei n. 117-69, queiram levantar-se. — (Pausa).

18 srs. Deputados rejeitam o projeto de 4 srs. Deputados aprovam o projeto. — Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, logo após a sessão ordinária com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição 69-70.

Levanta-se a sessão.

## ATAS DAS COMISSÕES:

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 6a. LEGISLATURA

##### ATA N.º 4-70

As dezessete horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e setenta na Sala de Reuniões das Comissões sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariado pelo senhor José Tavares Canto Filho, e com a presença dos senhores deputados Olivir Gabardo, Agnaldo Pereira Lima, Seme Scaff e Abraão Miguel, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo matéria para o expediente, passou-se à Ordem do Dia na qual constaram os seguintes processos. Conta n. 2615-70 da Sociedade Paranaense de Orquídeas no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros). Conta n. 2634-70 do Lar Infantil Marília Barbosa da cidade de Cambé no valor de Cr\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta cruzeiros). Conta n. 2643-70 da Casa da Criança José Lacerda, com sede na cidade da Lapa, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). Conta n. 2635-70 do Albergue Noturno Jesus, da cidade de Cambé no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). Conta n. 2636-70 do Lar Santo Antônio, da cidade de Cambé no valor de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros). Relator deputado Abraão Miguel. Parecer favorável. Proposição n. 243-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 24.250,00 (vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Alberto Savola Asséf, contendo a documentação respectiva, correspondendo à requisição de Adiantamento n. 81-68. Relator deputado Olivir Gabardo. Parecer favorável. Proposição n. 247-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da im-

portância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Esverben Guimarães Plaisant, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 75-68. Relator deputado Olivir Gabardo. Parecer favorável. Proposição n. 242-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 24.250,00 (vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Lídia Schombascler, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 67-68. Relator deputado Olivir Gabardo. Parecer favorável. Proposição n. 259-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Alfredo Presta, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 73-68. Relator deputado Olivir Gabardo. Parecer favorável. Proposição n. 240-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 30.750,00 (trinta mil e setecentos e cinquenta cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Zeima Lopes Wojcik, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 84-68. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. Proposição n. 241-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 30.750,00 (trinta mil e setecentos e cinquenta cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Nelson Ferreira de Araújo, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 70-68. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. Proposição n. 255-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 31.160,00 (trinta e um mil e cento e sessenta cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado em nome de Waldemar dos Santos Reinaldet, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 91-68. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. Proposição n. 257-69-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado em nome de Euthalia Martins da Silva, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 30-68. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. Proposição n. 258-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado em nome de Luiz Fernando Malheiros Carneiro, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 40-68. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. Proposição n. 456-68, referente à prestação de contas da Tesouraria desta Casa, da importância de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado em nome de Nelson Silveiro Salles, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 16-67. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável. Proposição n. 50-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado em nome de Bolívar Camargo Barros, contendo a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n.º 36-68. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável. Proposição n. 244-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado em nome de Antonio Carlos Dantas a documentação respectiva, correspondendo à Requisição de Adiantamento n. 45-68. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável. Proposição n. 269-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, da importância de Cr\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzeiros), recebido do Tesouro do Estado, em nome de Celso Aparecido de Castro, contendo a documentação respectiva, correspondente à Requisição de Adiantamento n. 33-68. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável. Proposição n. 48-69, referente à prestação de contas da Divisão de Contabilidade da Casa, referente ao recebimento do Tesouro do Estado, da Ordem de Adiantamento n.º 65-68, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), recebido em nome de Alberto Carrazzi Neto, e 79-68, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), recebido em nome de Paulo do Canto Pacheco, contendo a documentação respectiva. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual eu, José Tavares Canto Filho, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada, para que produza os efeitos de Lei.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1970.

a) Paulo Poli — Presidente

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 6a. LEGISLATURA

##### ATA N.º 5-70

As quinze horas do dia vinte e dois de maio de mil novecentos e setenta, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariado pelo senhor José Tavares Canto Filho, e com a presença dos senhores deputados Agnaldo Pereira Lima, Seme Scaff e Olivir Gabardo, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo matéria para o Expediente, passou-se à Ordem do Dia na qual constaram os seguintes processos. Conta n.º 2928-70, do Grupo Escolar de Varge Grande Pinhais, no município de Piraguara, no valor de Cr\$ 202,35 (Duzentos e dois cruzeiros e trinta e cinco centavos), recebidos do deputado Leopoldo Jacomet. Conta n.º 2901-70, do senhor Antonio de Souza Pereira, prefeito de Araruna no valor de Cr\$ 3.105,00 (Três mil e cem cruzeiros), recebidos do deputado Paulo Poli. Conta n.º 2900-70, do senhor José Jorge Ferreira, prefeito de Santa Inez no valor de Cr\$ 4.000,00 (Quatro mil cruzeiros), recebidos do deputado Paulo Poli. Conta n.º 2399-70, do senhor Ernesto Carlos Look, prefeito de Mamboré no valor de Cr\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Paulo Poli. Conta n.º 2941-70, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Nova Cantil no valor de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros), recebidos do deputado Armando Queiroz. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual eu, José Tavares Canto Filho, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme,

será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada, para que produza os efeitos de Lei.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1970.

a) Paulo Poli — Presidente  
a) José Tavares Canto Filho — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.a LEGISLATURA  
ATA N.º 6-70

As dezessete horas do dia dois de junho de mil novecentos e setenta, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariada pelo senhor José Tavares Canto Filho, e com a presença dos senhores deputados Olivir Gabardo, Seme Scaff e Abrahão Miguel reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo matéria para o Expediente, passou-se à Ordem do Dia na qual constaram os seguintes processos, conta n.º 3045-70, da Associação das Damas de Caridade de Londrina, no valor de Cr\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos cruzeiros) e da Associação Feminina Evangélica Beneficente de Londrina, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), recebidos do deputado Olavo Ferreira. Conta n.º 3243-70, do Diretório Acadêmico Lúcio Vellozo, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Olivir Gabardo. Conta n.º 3091-70, do Clube das Mães de Jacarézinho, no valor de Cr\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Haroldo Bianchi. Conta n.º 3136-70, da Prefeitura Municipal de Leopoldina, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Pead Nacil. Conta n.º 3241-70, da Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Olivir Gabardo. Conta n.º 3242-70, da Escola Maria Montessori de Educação para Crianças Excepcionais de Sertãozinho, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), recebidos do deputado Olivir Gabardo. Conta n.º 2179-70, do Nosso Jardim, Associação de Ensino Pré-Primário de Curitiba, no valor de Cr\$ 800,00 (Oitocentos cruzeiros). Conta n.º 3321-70, da Prefeitura Municipal de Marilena, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Paulo Camargo. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encorrou a presente sessão, da qual eu José Tavares Canto Filho, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada para que produza os efeitos de Lei.

Sala das Comissões em 2 de junho de 1970

a) Paulo Poli — Presidente  
a) José Tavares Canto Filho — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.a LEGISLATURA  
ATA N.º 7-70

As quinze horas do dia quinze de junho de mil novecentos e setenta, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariada pelo senhor José Tavares Canto Filho, e com a presença dos senhores deputados Agnaldo Pereira Lima e Olivir Gabardo, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da sessão anterior. Não havendo matéria para o Expediente, passou-se à Ordem do Dia na qual constaram os seguintes processos, conta n.º 3719-70, da Igreja Cristo Rei de Curitiba, no valor de Cr\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Nelson Buifara. Conta n.º 3480-70, da Igreja Batista Ahl de Baixo, no valor de Cr\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos cruzeiros) e Sociedade Evangélica Beneficente, no valor de Cr\$ 800,00 (Oitocentos cruzeiros), recebidos do deputado Igo Losso. Conta n.º 3781-70, da Casa da Criança Sant'Ana de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado David Federmann. Conta n.º 3790-70, da Prefeitura Municipal de Colorado no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Arthur de Souza. Conta n.º 3801-70, do Colégio Nossa Senhora Medianeira de Curitiba, no valor de Cr\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil cruzeiros), recebidos de diversos senhores Deputados. Conta n.º 3856-70, do Clube Literário e Recreativo 13 de maio da cidade de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Rosas. Conta n.º 3390-70, do Serviço Social Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças de Curitiba no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), do Asilo São Vicente de Paula de Jacarézinho no valor de Cr\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos cruzeiros) e do Asilo Vicente de Paulo de União da Vitória no valor de Cr\$ 1.250,00 (Hum mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Conta n.º 3695-70, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stenel, de São Mathews do Sul, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Leopoldo Jacomet. Conta n.º 3519-70, da Sociedade Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, no valor de Cr\$ 870,00 (Quinhentos e setenta cruzeiros), recebidos do deputado Fabiano Braga Côrtes. Conta n.º 3518-70, do Lar São Vicente de Paulo de Arapongas, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Relator deputado Olivir Gabardo. Parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, da qual eu José Tavares Canto Filho, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim, pelo senhor Presidente e demais membros assinada para que produza os efeitos de Lei.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1970.

a) Paulo Poli — Presidente  
a) José Tavares Canto Filho — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.a LEGISLATURA  
ATA N.º 8-70

As onze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e setenta, na Sala das Reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariada pelo senhor José Tavares Canto Filho, e com a presença dos senhores deputados Roberto Galvani, Agnaldo Pereira Lima, Ovidio Franzoni e Sílvia Barros, reuniu-se a Comissão de

Tomada de Contas. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo matéria para o Expediente, passou-se à Ordem do Dia na qual constaram os seguintes processos, conta n.º 4141-70, da Diocese de Campo Mourão no valor de Cr\$ 11.121,00 (Onze mil e cento e vinte e um cruzeiros), recebidos do deputado Armando Queiroz. Conta n.º 4150-70, da Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social da cidade de Irati, no valor de Cr\$ 717,00 (Setecentos e dezessete cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Conta n.º 4148-70, da Prefeitura Municipal de Imbituba, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Conta n.º 4149-70, da Cruzada de Santa Teresinha da cidade de Guarapuava, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Conta n.º 4042-70, da Prefeitura Municipal de Pôrto Amazonas, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Conta n.º 4044-70, da Igreja de Roça Nova, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Leopoldo Jacomet. Conta n.º 3963-70, da Associação dos Pais Cristão da cidade de Irati, no valor de Cr\$ 800,00 (Oitocentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Conta n.º 4064-70, da Prefeitura Municipal de Céu Azul, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Roberto Galvani. Conta n.º 3455-70, do Educandário Madre Carmela de Jesus, desta Capital, no valor de Cr\$ 2.330,00 (Dois mil e trezentos e trinta cruzeiros), recebidos dos deputados Erondy Silvério Emilio Carrazzi e Abrahão Miguel e Sílvia Barros. Conta n.º 4207-70, do Lar Batista Paranaense da cidade de Londrina, no valor de Cr\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Igo Iwant Losso. Conta n.º 4245-70, do Ambulatório Médico Sol do Oriente, desta Capital, no valor de Cr\$ 7.000,00 (Sete mil cruzeiros) recebidos do deputado Roberto Galvani. Conta n.º 4245-70, da Prefeitura Municipal de Faxinal, no valor de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros), recebidos do deputado Fabiano Braga Côrtes. Conta n.º 4237-70, do Nosso Jardim — Departamento de Crianças Deficientes, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros). Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável. APROVADO. Proposição n.º 51-70, referente à prestação de contas da 2.a Secretaria apresentada pelo senhor deputado José Alencar Furtado. Relator deputado Abrahão Miguel. Parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encorrou a presente Ata, que após lida e achada conforme será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada, para que produza os efeitos de Lei.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1970.

a) Paulo Poli — Presidente  
a) José Tavares Canto Filho — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

6.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às treze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças. Sob a presidência do senhor deputado Sílvia Barros. Havendo numero legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 245-69 — autor, senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do mun. de Kaloré, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo, relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer-favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 43-70 — autor senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar as Escola Normal Colegial e a Escola Técnica de Comércio de Alto Piquiri, para funcionar a partir de 1971, relator: senhor deputado Roberto Galvani, parecer-favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 51-70 — autor, senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Londrina, abrangendo os municípios que especifica relator: senhor deputado Paulo Poli, parecer-favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12-70 — autor, senhor deputado Leopoldo Jacomet, que cria um Ginásio Estadual, na sede do município Quitandinha, relator: senhor deputado Paulo Poli, parecer-favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encorrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Roberto Galvani — Presidente  
Lélio G. Setto Maior — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

6.a LEGISLATURA

4.a SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.a SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Emilio Carrazzi, presentes os senhores deputados Armando Queiroz, Roberto Galvani, Ovidio Franzoni, Alencar Furtado e Abrahão Miguel. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. PROJETO DE LEI N.º 142-69, do dep. Erondy Silvério, autoriza o P. E. transferir para a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná" terreno que especifica, situado na cidade de Guaratuba. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer pelo arquivamento. APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 89-70, do dep. Paulo Poli, cria uma Escola Normal de grau secundário, no mun. de Terra Roxa. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável com substitutivo. APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 93-70, do dep. Gabriel Manoel, transfere ao D.E.R., para efeito de conservação, à Av. Nossa Senhora das Brotas, na cidade de Firaí do Sul. Relator o dep. Ivo Tomazoni. O deputado Alencar Furtado, requer vista do processo. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim assinada bem como pelo senhor Presidente.

aa) Emilio Carrazzi — Presidente  
Mário Amélia de Oliveira — Secretária